



aliança
pela água

CHAMADO À AÇÃO SOBRE A CRISE HÍDRICA: POR UM PLANO DE EMERGÊNCIA PARA O ESTADO DE SP

São Paulo, Fevereiro de 2015

ALIANÇA PELA ÁGUA

A Aliança pela Água, rede formada por mais de 50 entidades da sociedade civil, está reunida desde outubro de 2014 para alertar e apresentar propostas que ajudem o estado de São Paulo a lidar com a crise atual e construir uma nova cultura de uso, economia e conservação de água.

Acreditamos que uma crise de grandes proporções como a que estamos vivendo cria oportunidades para profundas mudanças de paradigma na gestão da água a partir de três princípios básicos: a água é um direito humano e não pode ser tratada como mercadoria; todos os governos têm responsabilidade sobre a água e prestam um serviço à população; e os planejamentos hídricos devem necessariamente considerar a recuperação e recomposição dos mananciais e das atuais fontes de água.

A partir da segunda quinzena de fevereiro, a Aliança pela Água dará início a uma série de publicações técnicas, eventos, audiências e aulas públicas em diferentes regiões de São Paulo e em municípios abastecidos pelo Sistema Cantareira a fim de qualificar o debate, aprofundar a percepção sobre as causas da falta d'água, mobilizar a sociedade para contribuir com soluções e exigir que o poder público gerencie a crise de forma adequada.

[www. aguasp.com.br](http://www.aguasp.com.br)



PLANO DE EMERGÊNCIA & RESPONSABILIDADES POLÍTICAS

A crise hídrica e de abastecimento no Estado de São Paulo se aprofundou nos últimos dois meses. A situação é de crescente incerteza frente aos cenários climáticos - não existem dados para afirmar que o ciclo de estiagem esteja acabando; a seca pode continuar e até se intensificar ao longo deste ano.

À medida que o pior cenário vai se concretizando, aumenta a necessidade de informação responsável e liderança política para enfrentar a crise. Com uma sociedade cada dia mais sensível ao tema, é inaceitável que os diversos níveis de governo e os vários setores econômicos ainda não tenham se unido para elaborar um abrangente Plano de Emergência a fim de mitigar os efeitos da crise e garantir o abastecimento de água para consumo humano durante a estiagem de 2015, que começa em março/abril.

Em circunstâncias de eventos climáticos extremos ligados à água, manifestam-se, geralmente, dois comportamentos opostos: em situações de enchentes, a marca é a da solidariedade; já nas situações de falta de água, o individualismo e violência tendem a prevalecer. O vácuo político alimenta o alarmismo e o pânico, dificultando ainda mais a garantia dos direitos e a saúde dos cidadãos nesta iminente situação de calamidade.

Portanto, o esforço para enfrentar o colapso deverá ser coletivo e exigirá um longo período de sacrifício por parte da população. A partir de agora, as medidas de mitigação da crise devem ir muito além de ações das concessionárias de abastecimento; é fundamental o envolvimento de uma ampla rede de atores governamentais e não governamentais para garantir a segurança cidadã da população, incluindo o direito ao abastecimento de água para consumo, à saúde e ao emprego.

Tal garantia de segurança pressupõe:

- Transparência e diálogo com os diversos setores da sociedade;
- Comunicação com responsabilidade, considerando gestão de risco na divulgação de informações sobre os cortes no abastecimento visando minimizar situações de pânico;
- Respeito aos direitos: regras claras de racionamento, preços justos para caminhões-pipa e água potável engarrafada

Acreditamos que a superação da crise atual dependerá da agilidade em construir uma nova cultura de cuidado com a água. Para dar perfil político e mobilizar a sociedade, a Aliança sugere a promoção de pactos entre governos, sociedade civil e setores econômicos:

- Pelos direitos humanos e direito a água;
- Pelo amplo acesso às informações;
- Pela economia e redução do uso de água;

- Pela garantia de padrões de qualidade da água para abastecimento que não comprometa a saúde;
- Pelo desmatamento zero e replantio de vegetação nativa nas áreas de mananciais.

Com o objetivo de contribuir positivamente na gestão dessa crise, a Aliança pela Água destaca a seguir ações imediatas de adaptação que podem e devem ser adotadas pelos governos em conjunto com a sociedade, com responsabilidades claramente assumidas pelos distintos órgãos públicos.

I) Instalação de Força tarefa para gestão de crise em âmbito estadual com participação de municípios e sociedade

- *Criação de Comitês de Trabalho por ações prioritárias com participação dos responsáveis por sua implantação e acompanhamento da sociedade civil*
 - Implantação imediata - Comitê de Gestão do Plano de Gerenciamento da Oferta de Água, com participação de Prefeituras, Ministério Público, Defensorias e organizações de defesa do consumidor; coordenado pela Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, tem as atribuições de planejar a aplicação de medidas como redução de pressão, racionamento e rodízio de água, definindo cronograma conjunto com prefeituras e identificando alternativas para evitar cortes de água para serviços essenciais.
- *Instalar sala de situação para produção de cenários e de informações em tempo real sobre condições meteorológicas, situação dos mananciais, resultados obtidos com medidas de redução de consumo e qualidade da água, entre outras.*
 - Envolver setores de inteligência, monitoramento e controle ambiental da CETESB, DAEE, Vigilância Sanitária, Defesa Civil, ANA, companhias de saneamento e prefeituras.
- *Implantar sala de imprensa com edição de boletins e comunicados oficiais diários.*
 - Buscar parcerias com setores de responsabilidade social da grande imprensa e da mídia, fornecendo informação de qualidade e prestação de serviços de utilidade pública para a população e setores econômicos.
 - Estabelecer estratégia de comunicação com capilaridade para apoiar a gestão de crise, usando redes sociais, rádios e serviços móveis para alertas oficiais e diálogo constante com a sociedade.
- *Implementar medidas de gestão da oferta (redução de pressão, rodízio e racionamento de água) de forma transparente e responsável.*

Sugerimos que os seguintes governos, setores e instituições sejam diretamente engajados em uma **Força-Tarefa de Gestão da Crise**, que considere os desafios logísticos e de saúde pública, preze pela transparência e agilidade e permita ampla participação da sociedade civil.

Com embasamento técnico, o grupo terá o mandato de definir e recomendar ações prioritárias e cobrar sua execução por todos os níveis de governo. *(LISTA EM ORDEM ALFABÉTICA)*

Governo do Estado	Governo Federal	Prefeituras
<ul style="list-style-type: none"> - ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia) - Casa Civil - DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) - Defesa Civil - Polícia Militar - Sabesp - Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Secretaria de Educação - Secretaria de Meio Ambiente e CETESB (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental) - Secretaria de Recursos Hídricos - Secretaria de Saúde - Secretaria de Segurança Pública 	<ul style="list-style-type: none"> - ANA (Agência Nacional de Águas) - Casa Civil - Defesa Civil - Forças Armadas - Guarda Nacional - Ministério das Cidades - Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Direitos Humanos - Secretaria Nacional de Recursos Hídricos - Vigilância Sanitária 	<ul style="list-style-type: none"> - Casa Civil - Defesa Civil - Guarda Civil Metropolitana - Secretaria de Assuntos Federativos ou Relações Governamentais - Secretaria de Educação - Secretaria do Verde e Meio Ambiente - Secretaria de Saúde - Sub-prefeituras (quando houver) - Vigilância Sanitária

A Força-Tarefa e seus comitês de trabalho deverão contar com ampla participação de:

Sociedade Civil	Colegiados/Controle Social	Sistema de Justiça
<ul style="list-style-type: none"> - Academia/ Universidades - Movimentos Sociais - Organizações da sociedade civil (defesa do consumidor, meio ambiente, direitos humanos, moradia, educação) - Representantes de setores econômicos - Sindicatos 	<ul style="list-style-type: none"> - Comitês de Bacias - Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Conselho Estadual de Saneamento - Outros conselhos: Educação, Meio Ambiente, Segurança Pública, Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> - Defensorias Públicas Judiciário - Ministério Público Federal e Estadual

II) Plano articulado e coordenado de Gerenciamento de Oferta de Água

Além do listado acima, é fundamental:

- **PLANEJAMENTO CONJUNTO COM PREFEITURAS:** definir atuação de acordo com as atribuições dos diferentes níveis de governo; apoiar elaboração de planos de contingência municipais; definir conjuntamente cronogramas de implantação e estratégias de comunicação, identificar serviços essenciais e desenvolver estratégias para preservar o abastecimento.
- **COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO:** campanhas em diferentes mídias para informar população sobre ações de redução de oferta de água (locais, horários); criar canais para atendimento direto e gratuito ao público.
- **GARANTIR SERVIÇOS ESSENCIAIS:** Montar rede de apoio às instituições que não podem ficar sem água tais como hospitais, postos de saúde, centros médicos e odontológicos, laboratórios clínicos, creches e escolas, asilos, bombeiros, delegacias e postos de polícia, abrigos, presídios, funerárias, entre outros. Implantação de ações para garantir água em situações de emergência.
- **LOGÍSTICA PARA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA:** Planos de tráfego para circulação de caminhões pipa, realização de obras urgentes e reparos na rede de distribuição para minimizar vazamentos.
- **FISCALIZAR QUALIDADE E TABELAR PREÇO DA ÁGUA POTÁVEL (CAMINHÕES PIPA E ÁGUA MINERAL):** Definir, limitar e fiscalizar valores cobrados pela indústria da água (incluindo caminhões pipa e água mineral) para controlar a qualidade e evitar abusos e especulação em meio à crise.

III) Comunicação institucional, com foco em educação, autonomia hídrica, engajamento e mídia.

- Difundir valores: promover ética e solidariedade;
- Informar população para aumentar autonomia individual e localmente; difundir medidas preventivas para evitar riscos de contaminação por consumo de água imprópria e proliferação de doenças como a dengue.
- Mobilizar prefeituras, escolas, associações de bairro, sindicatos e outras redes em campanhas de esclarecimento e solidariedade. Promover encontros locais para troca de informações e organização.

IV) Discutir e detalhar alternativas emergenciais e de médio prazo para garantir abastecimento de água

1 - Regulamentação e fiscalização do uso de águas não potáveis implantadas por prefeituras e Estado (DAEE, CETESB, Vigilâncias Sanitárias)

- Regulação e orientação para captação de água de chuva em diferentes escalas (domiciliar, equipamentos públicos);
 - Organizar força-tarefa para a implementação de cisternas e caixas d'água, especialmente em bairros de baixa renda, nos moldes do projeto "1 milhão de cisternas para o semiárido".
- Regulamentação para o reuso de água com alto grau de poluição, como a armazenada em piscinões.
- Fiscalização, análise e regulação do uso de água subterrânea (poços e nascentes)
 - Verificar status das outorgas e estabelecer usos prioritários;
 - Identificação e monitoramento de nascentes em parques e outros locais que podem ser utilizados como fontes alternativas de água (CETESB e Vigilância Sanitária);
 - Convocar laboratórios de análise e realizar "mutirão" de testes de qualidade da água;
 - Divulgar os resultados de qualidade nos poços e nascentes para evitar usos indevidos da água (a exemplo do que já é feito nas praias do litoral paulista).

2- Plano para ampliação da oferta de água em caráter emergencial (ao longo de 2015) com descrição de custos, prazos e responsáveis pelas ações (coordenado pela SSRH, em articulação com Comitês de Bacia e com participação da SABESP)

- Discutir de forma integrada o conjunto de obras emergenciais já apresentadas pela SABESP (listadas abaixo) incluindo descrição, riscos, cronogramas, orçamentos, processos de licenciamento e análises de custo- benefício comparados à outras alternativas de produção de água.

- **Obras para ampliar quantidade de água na Guarapiranga:**
 - Captação e transposição das águas do rio Juquiá, localizado no município de São Lourenço, na Bacia do Rio Ribeira de Iguape;
 - Captação e ligação do Rio Capivari com Braço Taquacetuba da Represa Billings; o Rio Capivari situa-se na APA Capivari-Monos, extremo sul do município de São Paulo;
 - Ampliação para 4,5 mil l/s da transferência de águas do Taquacetuba/Billings para Guarapiranga;
 - Ampliação da capacidade de tratamento na ETA ABV.

- *Obras para ampliar quantidade de água no Alto Tietê:*
 - Adutora e transferência de água do Rio Grande/Billings para Taiacupeba/Alto Tietê (4 mil l/s)
 - Captação e transferência das águas do Rio Itatinga e Rio Guarió para Taiacupeba
 - Captação e transferência das águas do Rio Guaratuba para Represa Ponte Nova (0,5 mil l/s)
- *Obras de transposição das águas do Rio Jaguari, na Bacia do Paraíba do Sul, para reservatório Atibainha, no Sistema Cantareira*

Adicionalmente, propomos:

- *Amplio programa de redução e controle de perdas na rede, com identificação de locais com maior incidência de vazamentos e ações integradas com prefeituras, estabelecendo metas de eficiência no curto prazo (2015).*
- *Ampliação do consumo de água de reuso por grandes consumidores: revisão da política tarifária e dos contratos de demanda firme (grandes consumidores) e negociação para migração para água de reuso.*
- *Identificação e revisão de outorgas de indústrias e grandes produtores agropecuários.*

V - Pacto social pelo desmatamento zero e recuperação das áreas de mananciais do estado de São Paulo

O desmatamento, a ocupação desordenada e a poluição por dejetos rurais, industriais e urbanos são as três principais causas de degradação das fontes de água no Brasil. Resultam em impactos na qualidade e comprometem o ciclo natural de renovação da água em escala nacional, regional e local, aumentando a vulnerabilidade das fontes de água frente a eventos climáticos extremos. Este é o caso do Sistema Cantareira, que tem apenas 21,5% de vegetação nativa, com o agravante de que grande parte do entorno dos rios não possui mata ciliar e encontram-se ocupados por pastagens, agricultura e silvicultura¹.

A recuperação e proteção das áreas de mananciais é essencial para construir uma nova cultura de cuidado com a água. Avançar nesse sentido envolverá um amplo espectro de agendas políticas como expansão urbana, direito a moradia, direito a água, saneamento, saúde, gestão do território, adaptação às mudanças climáticas, combate ao desmatamento e recuperação florestal. Os resultados de tal esforço fundamental serão de médio e longo prazos, e exatamente por isso, as ações devem ser iniciadas imediatamente, a começar pelo debate e busca de soluções para os conflitos.

¹ Fonte: Dados produzidos pela SOS Mata Atlântica em 2014.

ANÁLISE: PRESENTE & FUTURO

Foram muitos os alertas ignorados sobre a gravidade da crise hídrica e climática na Região Metropolitana de São Paulo. As previsões meteorológicas mais pessimistas têm se tornado realidade: depois de 2014 ter sido confirmado como o ano mais quente já registrado, as chuvas de verão vêm ocorrendo abaixo da média histórica. Até o momento, existe um déficit de chuvas de 30% no Cantareira e de 52% do Alto Tietê; já na região da Guarapiranga e Billings, as precipitações foram próximas à média histórica.

A acentuada alteração climática foi agravada pela inação das lideranças políticas em assumir a dimensão do colapso. Além do acúmulo histórico de equívocos na gestão hídrica estadual, desde novembro de 2013 os indicadores apontavam claramente a possibilidade de colapso do sistema de abastecimento. Hoje, a maior parte dos sistemas do Estado, especialmente os que abastecem a RMSP, encontram-se em situação pior do que estavam há um ano.

Se medidas como um racionamento organizado e transparente, instalação de sistemas de captação e educação para reuso da água e uma campanha maciça de redução do consumo tivessem sido adotadas aos primeiros indícios da estiagem, a situação agora seria bem menos crítica. Porém, ao invés de respeitar seus próprios critérios de gestão de risco - que constam de contratos e leis - o governo do Estado de São Paulo, via Sabesp, a Arsesp e a Secretaria de Recursos Hídricos, junto à inação do governo federal e das prefeituras, preferiu ignorar o padrão de alteração climática e seguir contando apenas com as chuvas.

O Sistema Cantareira teve seu volume útil esgotado em julho de 2014. A primeira cota do volume morto esgotou-se em novembro; atualmente, resta pouco mais da metade de segunda cota. No início de fevereiro de 2015, o site da Sabesp indicava o sistema com 5,1% de sua capacidade. Porém, considerando o consumo do volume útil e as duas cotas do volume morto, o Cantareira tem, na realidade, um déficit de -23,3%. O Sistema Alto Tietê também encontra-se em situação crítica, com apenas 10,8% de sua capacidade.

Ações para incentivar a diminuição de consumo só começaram em fevereiro de 2014, o que agravou a situação. Entre março de 2014 e o final de janeiro de 2015, a retirada de água do Sistema Cantareira foi reduzida de 33 mil l/s (litros por segundo) para 17,3 mil l/s (considerando a represa Paiva Castro). Esse resultado foi obtido com o aumento da retirada de água dos outros mananciais, em especial do Rio Grande/Billings e Guarapiranga; das medidas de oferecer bônus na conta para quem consumir menos e pela redução da pressão na rede de distribuição. Reduzir a pressão foi a medida que mais contribuiu para diminuir a retirada de água. A prática resultou em cortes no abastecimento em diversas regiões da cidade. Os transtornos foram amplificados pela falta de transparência em relação aos bairros e horários afetados.

Todas as iniciativas adotadas até o momento resultaram em uma diminuição de retirada de água de apenas 22% em relação a quantidade retirada em 2013, de 69 mil l/s para 53,9 mil l/s. No início de fevereiro de 2015, o volume de água armazenado nas represas é suficiente para abastecimento por um período que pode variar de 60 dias a 120 dias, caso as chuvas sejam inferiores ou na média histórica. A adoção do racionamento pode prolongar a vida útil das represas por mais alguns meses, mas talvez não seja suficiente até o próximo período de chuvas.

Em 2014, o governo do estado apresentou um pacote de obras para tentar conter a crise. Somadas, as propostas de infraestrutura contam com investimentos que superam R\$ 5 bilhões e aumentam significativamente a quantidade de água disponível. Porém, reforçam o modelo insustentável de gestão da oferta, ao insistir em buscar água em locais cada vez mais distantes ao invés de recuperar os mananciais já explorados e fazer a gestão inteligente da demanda.

As obras apresentadas, além de caras, dificilmente serão concluídas em menos de dois anos. Ou seja, terão pouca incidência sobre a situação de emergência, como é o caso da transposição do Rio Jaguari, afluente do Paraíba do Sul, para a represa Atibainha, do Sistema Cantareira, que custará mais de R\$ 830 milhões, recursos oriundos do PAC. Como a estiagem também atinge os estados de MG e RJ e os reservatórios da bacia do Rio Paraíba do Sul encontram-se com níveis de reservação baixos, o governo do RJ já estuda utilizar o volume morto para abastecimento da população do estado. Além de criar um potencial conflito com o Rio de Janeiro, a obra pode ser um fracasso, uma vez que a transposição de águas só poderá ser realizada com os reservatórios em situação normal, o que é muito improvável de acontecer no curto prazo.

Com o agravamento da situação no início de 2015, novas medidas foram anunciadas pelo governo do Estado, como a cobrança de sobretaxa na conta a partir de fevereiro de 2015, com possibilidade de economizar cerca de 2,5 mil l/s. A SABESP divulgou na imprensa um pacote de obras emergenciais para ampliar a capacidade de produção e tratamento de água nos sistemas Alto Tietê e Guarapiranga, que poderão ajudar a suprir os 6,2 milhões de habitantes abastecidos atualmente pelo Cantareira. Até o momento, no entanto, não foram apresentados prazos e orçamentos detalhados.

As chuvas de fevereiro, serão decisivas para determinar o cenário para o restante de 2015. As projeções, porém, apontam para chuvas dentro ou até mesmo abaixo da média histórica. A redução de retirada de água das represas é urgente e a forma de atingi-la é pela redução drástica do consumo, que dificilmente será feita sem a adoção de racionamento severo, como o anunciado de 4 dias sem água e dois dias com água (ou seja, 20 dias sem águas/mês). Um racionamento deste porte acarreta impactos sociais e econômicos que ainda não foram dimensionados e que podem resultar em uma situação de crise e instabilidade sem precedentes e sem data para acabar na maior região metropolitana do país. **#AguaSP**